

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

A acesso à educação e à cultura, a disponibilização do acesso ao conhecimento e à ciência são pedras angulares na sociedade que ambicionamos ser.

Nesse caminho de futuro, as Instituições de Ensino Superior nacionais desempenham um papel fundamental no aumento da qualificação da população portuguesa, na criação e difusão de ciência e conhecimento, e como agentes de desenvolvimento das regiões.

O ensino superior é em primeira instância uma responsabilidade do Estado, que deve garantir a existência de uma rede pública, regular este ensino e garantir a sua qualidade e excelência, seja no serviço à sociedade, seja na sua gestão. Neste particular, cabe ao Estado um papel ainda de maior responsabilidade no caso das Universidades das regiões autónomas.

A frequência do ensino superior, não olvidando o elevado retorno que traz ao indivíduo, é hoje um significativo investimento para os estudantes, suas famílias e, naturalmente, também para o país. Este elevado investimento, e todos os benefícios tangíveis e intangíveis decorrentes da existência de Universidades e Politécnicos, deve acarretar uma atenção da tutela e das lideranças académicas, promovendo o sucesso académico, combatendo o abandono e fomentando a empregabilidade dos diplomados.

Hoje, questões como a internacionalização, a mobilidade estudantil, a empregabilidade, os regimes de frequência (cada vez mais diferenciados), as restrições orçamentais e de autonomia, entre muitos outros, são temas que estão na ordem do dia não só dentro de Universidades e Politécnicos, mas também no quotidiano da sociedade.

Sabemos que existe hoje um elevado número de estudantes que não conclui o ciclo de estudos no qual se matricula, configurando casos de abandono escolar. São muito diversas e heterogêneas entre si as razões que confluem para este resultado e este é um problema que tem despertado o interesse e a vigilância das várias Instituições de Ensino Superior e de organizações como o Conselho Nacional de Educação, e levaram inclusive à implementação de programas nacionais como o "Retomar" (até à sua suspensão pelo atual executivo), ou outras boas práticas neste capítulo.

Sendo o Ensino Superior muito mais do que uma via de acesso a uma profissão, a empregabilidade é hoje também uma preocupação maior dentro das Instituições de Ensino Superior e tem influenciado os percursos académicos e as escolhas dos estudantes.

Efetivamente, os estudantes têm hoje desde o início da sua formação superior uma preocupação maior com o seu futuro profissional. Contudo, hoje é redutor avaliar apenas o grau de empregabilidade dos portugueses, e devemos pensar em ir além desse critério, estudando, para cada ciclo de

estudos, graus de satisfação profissional, níveis remuneratórios e, claro está, o país ou a região onde se encontram. Temos hoje ao nosso dispor mais ferramentas e informação que do nunca, as quais devemos utilizar, potenciando também as relações com os alumni, o que tantas instituições já fazem de forma profissional e com excelentes resultados.

Estamos empenhados em garantir a todas as Instituições de Ensino Superior públicas as melhores condições para o desempenho do seu indelével papel, para que garantam às novas gerações de portugueses a melhor formação possível, e ao país o melhor desenvolvimento cultural, científico e tecnológico.

Nesse sentido, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais em vigor, os deputados do Partido Social Democrata abaixo assinados requerem a Sua Excelência a resposta às seguintes questões:

1. Além das restrições orçamentais, que outros problemas de funcionamento enfrenta a Vossa Instituição?
2. Que restrições enfrentam, em particular, devido à situação de insularidade?
3. Que valor de propina é cobrado aos estudantes de 1º ciclo e, caso existam, mestrados integrados?
4. A Vossa Instituição estuda e acompanha o problema do abandono escolar?
  - 4.1 Se sim, solicitamos o envio dos estudos/dados disponíveis, bem como uma explicação acerca da metodologia utilizada para estas medições.
5. A vossa Instituição põe em prática projetos de combate ao abandono escolar, fazendo face às suas diversas causas? Em que consistem?
6. A Vossa Instituição estuda e acompanha o nível de empregabilidade, emigração, satisfação profissional e nível remuneratório dos vossos diplomados?
  - 6.1 Se sim, solicitamos o envio dos estudos/dados disponíveis, bem como uma explicação acerca da metodologia utilizada em cada uma das questões.
7. Que número (total e percentual) de trabalhadores-estudantes tem a vossa instituição em cada ciclo de estudos?
8. Que número (total e percentual) dos vossos estudantes realiza um período de mobilidade em instituição estrangeira?
9. Que número (total e percentual) dos vossos estudantes tem Necessidades Educativas Especiais? A vossa instituição põe em prática projetos de inclusão destes estudantes?

Palácio de São Bento, 20 de dezembro de 2017

Deputado(a)s

MARGARIDA BALSEIRO LOPES(PSD)

CRISTÓVÃO SIMÃO RIBEIRO(PSD)